Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 1958/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/09653/2017/001
PROTOCOLO	: 1994119
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL/MS
RESPONSÁVEL	: MARCÍLIO ÁLVARO BENEDITO
CARGO DO RESPONSÁVEL	: PREFEITO MUNICIPAL Á ÉPOCA
ASSUNTO DO PROCESSO	: RECURSO ORDINÁRIO
BENEFICIÁRIOS	: ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA, ROSIANE DE MACÊDO DE MOURA, JOSILAINE ROCHA DA SILVA e ALINE APARECIDA DE BRITO ANJOS
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO

RECURSO. REFIS. QUITAÇÃO DA MULTA APLICADA. EXTINÇÃO. ARQUIVAMENTO.

Vistos, etc.

Versam os presentes autos de recurso ordinário interposto por Marcílio Álvaro Benedito, em face da Decisão Singular DSG - G.JD - 2565/2019, peça 20, lançada aos autos TC/9653/2017, que resultou na aplicação de penalidade pecuniária.

Frisa-se que a Decisão Singular DSG - G.JD - 2565/2019 foi objeto de recurso ordinário (peça 01 do TC/9653/2017/001).

Constata-se, pela certidão de quitação de multa (peça 27), dos autos principais, que o jurisdicionado aderiu ao REFIS instituído pela Lei n.º 5.454/2019.

Por conseguinte, nos termos do artigo 3º da Lei n.º 5.454/2019[1], ao optar pela adesão ao programa, o mesmo abdicou ao direito de discutir o crédito devido.

Instado a manifestar-se, o Ministério Público de Contas opinou pelo arquivamento do presente processo, em virtude da quitação da multa aplicada ao responsável.

Regularmente intimado, o Recorrente optou por quedar silente, o que, conforme destacado no despacho de comunicação, faz presumir o seu desinteresse no julgamento do mérito recursal.

[1] Art. 3º (...) §6º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos neste artigo constitui confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, **renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC**.

Por meio da documentação acostada nos autos, verifica-se que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos para a baixa do feito.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 11, V, do RITCE/MS, acompanhando o entendimento do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

I. EXTINGUIR e arquivar os presentes autos, em razão da consumação do controle externo, nos termos do artigo 186, V, *a*, do RITC/MS c/c art. 6º, §2º, da Instrução Normativa n.º 13/2020;

II. Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012;

III. Determinar que seja certificada a presente extinção nos autos do processo originário.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos à Gerência de Controle Institucional para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 22 de fevereiro de 2021.

Cons. MARCIO MONTEIRO
RELATOR

ASS/Net